

2. EMPREITADA “ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA – LOTE 2 – TORRE EUROPA:

Da **DMOSM**, submetendo para aprovação do Executivo Municipal a concessão de prorrogação do prazo de 80 dias, nos termos da informação técnica subscrita pela gestora do contrato que vai em anexo.

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL:

Concordo. Remeta-se ao Sr. Presidente.

A Diretora da DMOSM,

(Eng.^a Alzira Torres)

2020 105107

Despacho:

O Presidente,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

20 05 08

Órgão competente: Câmara Municipal de Braga

Empreitada: "ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS, ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA, ENVOLVENTE DA MAKRO E QUINTA DA FONTE – **LOTE 2 – TORRE EUROPA**"

Assunto: **Aprovação da prorrogação de prazo**

Propõe-se a **aprovação** da prorrogação de prazo, pela Câmara Municipal, por um prazo de **80 dias**, nos termos propostos na informação técnica subscrita pela gestora do contrato.

07 de maio de 2020

Divisão de Fiscalização de Empreitadas,

(Ana Martins)

Anexo: Informação técnica;

Parecer da fiscalização externa

Pedido de prorrogação de prazo

Processo Obra: 2019/300.10.001/287

Requerente: Alexandre Barbosa Borges, SA

Local da obra: "ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS, ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA, ENVOLVENTE DA MAKRO E QUINTA DA FONTE – LOTE 2 – TORRE EUROPA"

Informação: 21128 de 07/05/2020

Assunto: Resposta ao pedido de prorrogação de prazo – LOTE 2 – Torre Europa, apresentado através de email em 27/04/2020

Enquadramento:

A entidade executante da empreitada do Lote 2 – Torre Europa apresentou em 27/04/2020, um pedido de prorrogação de prazo por 80 dias, relativamente ao qual a fiscalização externa emitiu o parecer que se anexa.

A obra tinha como prazo inicial 240 dias, estando prevista a conclusão para 20/05/2020, tendo o prazo, entretanto, sido prorrogado por 27 dias, 20 dos quais devido a trabalhos complementares constantes do adicional 1 ao contrato e 7 referentes à execução de trabalhos complementares constantes do adicional 2 ao contrato, passando o término da obra para 16/06/2020.

Informação:

Analisada a pretensão da empresa Alexandre Barbosa Borges, SA e o parecer da fiscalização, cumpre-me informar o seguinte:

- Durante a execução da empreitada tem sido necessário efetuar constantes reformulações ao projeto, devido à falta de pormenorização e erros e omissões do mesmo, bem como à falta de compatibilidade do projeto com a realidade existente, o que se tem traduzido em trabalhos complementares, com todas as consequências legais que lhe estão subjacentes, e implicando atrasos na execução da obra, apesar da diligente atitude dos representantes do dono de obra com a colaboração da entidade executante.

A título de exemplo estava previsto efetuar uma rampa de acesso a um prédio, que foi projetada num local onde existem armários e infraestruturas de várias entidades, pelo que teve de ser feita uma reformulação do projeto. Apesar disso, a reformulação proposta continua a prever a rampa no mesmo local, garantindo a manutenção dos armários, mas a ser executada em local onde existem caixas de visita de telecomunicações – que abastece grande parte da Praça do Bocage, e da EDP, uma conduta de gás e uma conduta de abastecimento de água. Para avaliar a possibilidade de execução da rampa, foram efetuadas no dia de ontem, 06/05/2020, diversas sondagens, onde tiveram de estar presentes os representantes das diversas entidades envolvidas, tendo-se concluído que vão ter de ser desviadas as várias infraestruturas, a levar a efeito pelas respetivas entidades, cujos prazos de execução não nos é possível controlar, apesar de lhes ter sido pedido a maior brevidade, o que causará mais uma entropia ao normal andamento dos trabalhos. Para além desta situação, foram alertados os projetistas para a não exequibilidade do projeto em algumas zonas da Rua dos Congregados, sendo que algumas reformulações já foram efetuadas, outras ainda estão pendentes de informação por parte dos projetistas;

- É um facto que as condições climáticas adversas e anormais para a época têm afetado desfavoravelmente o andamento dos trabalhos, dado o tipo de intervenção, facto não imputável ao dono de obra nem à entidade executante;

- Tendo em conta a grande densidade populacional da área de intervenção e a constante falta de colaboração/compreensão por parte dos moradores/utilizadores da zona (pelo facto de considerarem a Entidade Executante responsável pelo transtorno que a obra em si lhes tem causado e pelo resultado que a implementação do projeto vai ter no seu dia a dia - principalmente a falta de estacionamento), os rendimentos dos trabalhos têm sido muito inferiores ao expectável;

- Apesar da intervenção faseada e de o dono de obra ter imprimido todos os esforços no sentido de cooperação com a EE por forma a controlar o estacionamento indevido e abusivo, não foi (ainda é) possível evitar que os mesmos existissem/existam, o que de facto condicionou o normal desenvolvimento dos trabalhos e tem provocado danos nos passeios já executados, que terão de ser reparados à posteriori, implicando custos e tempo de execução;

- Por forma a minimizar os constrangimentos à população local, é necessário garantir constantemente o acesso pedonal aos prédios e o acesso carral às garagens levando a interrupções frequentes no andamento dos trabalhos, no entanto a Entidade Executante não era alheia a esta situação quando apresentou a proposta para a execução da empreitada;

- A obra esteve parada durante 1 semana, quando foi declarado o estado de emergência em Portugal, mas esse facto foi apenas e só da responsabilidade da Entidade Executante, dado que o dono de obra não impôs qualquer suspensão da obra – as outras obras com a mesma entidade executante ou outras continuaram a laborar.

Compreendemos, no entanto, que esta Pandemia veio obrigar a uma adaptação a novas medidas de segurança e proteção da saúde dos trabalhadores, tais como as imposições de distanciamento social exigidas, o que implicou a redefinição de frentes de trabalho, para além de ter levado a uma menor disponibilidade de mão-de-obra, sendo este um facto não imputável ao dono de obra pela sua evolução ser imprevisível e não controlada pelo mesmo.

Nestes termos, proponho que se **conceda uma prorrogação do prazo de execução por 80 dias**, nos termos solicitados, de acordo com os documentos que compõe o plano de trabalhos ajustado a este pedido de prorrogação de prazo, no entanto deve o empreiteiro envidar todos os esforços para garantir o término da obra até à data agora proposta – **04/09/2020**.

PT n.º 04/2020

Data 30/04/2020

Empreitada	ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS NA ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA – LOTE2
Dono de Obra	MUNICÍPIO DE BRAGA
Entidade Executante	ABB – ALEXANDRE BARBOSA BORGES S.A.
Assunto	PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

1. INTRODUÇÃO

O presente documento visa apresentar parecer relativo à apresentação de um pedido de prorrogação de prazo entregue em 27.04.2020 pela Entidade Executante referente à Empreitada designada por Eliminação de Barreiras Urbanísticas e Arquitetónicas na Torre Europa – Lote 2.

2. ENQUADRAMENTO

2.1. Datas Chave da Empreitada

Assinatura do contrato: 29/07/2020

Aprovação do DPSS: 03/09/2019

Consignação da Empreitada: 23/09/2019

Data início dos trabalhos: 24/09/2019

Data de conclusão: 20/05/2020

Duração da Empreitada: 240 dias

2.2. Síntese

A empreitada supracitada iniciou os trabalhos a 24.09.2019 e tinha previsto o seu término para o dia 20.05.2020, prazo total para execução dos trabalhos de 240 dias. No entanto, a Entidade Executante apresentou uma exposição onde refere que dadas as vicissitudes enfrentadas e as reais condições de

execução dos trabalhos, é-lhe impossível o cumprimento do prazo estabelecido. A Entidade Executante apresenta os motivos que a levam ao pedido de prorrogação de prazo por 80 dias.

A Entidade Executante destaca os seguintes factos para a impossibilidade de cumprimento contratual:

- 1. Ao longo da execução do contrato tem-se revelado necessário alterar e compatibilizar o projeto com a realidade da obra, o que por si só, representa um entrave à normal execução do contrato.*
- 2. Ora, se é certo que esta factualidade tem sido uma constante, também é certo que a resposta do Dono de Obra não tem sido pronta e célere o que dificulta, ainda mais, a obtenção dos rendimentos preconizados.*
- 3. A título de exemplo, algumas das necessidades de alteração e compatibilização do projeto foram comunicadas pela signatária aquando o início dos trabalhos, sendo que, algumas continuam, à data de hoje, por resolver (Ex: rampa de acesso em betão armado para pessoas com mobilidade reduzida).*
- 4. De igual modo, nos primeiros 5/6 meses de obra, o rendimento dos trabalhos foi muito baixo (em muitos dias foi mesmo nulo) mas não por motivos imputáveis ao empreiteiro.*
- 5. Na verdade, como atestarão V.^{as} EX.^{as}, as zonas de trabalho vedadas, quer pelo empreiteiro, quer pelas forças policiais, não são respeitadas, impossibilitando a execução dos trabalhos de acordo com a temporalidade e faseamento preconizado pelo empreiteiro.*
- 6. Note-se que, todos os dias de manhã, o empreiteiro tinha de aguardar horas para a retirada das viaturas dos locais de execução dos trabalhos e esperar a sua saída da via para iniciar os trabalhos.*
- 7. Matéria que, inclusivamente, tem sido alvo de vários registos pelo empreiteiro, a título de exemplo destacamos a comunicação com a ref.^a "CO18.073.NR.EM.064" enviada a 08/11/2019, onde é referido que em 46 dias de prazo da obra, atraso provocado por esta factualidade era, já nesta altura, de 32 dias.*

8. *Ora, esta factualidade acarreta os seguintes impactos:*

- ✓ *Atraso no início da execução dos trabalhos;*
- ✓ *Impossibilidade de trabalhar em mais que uma frente devido aos constrangimentos de afluência de trânsito que se faz sentir nesta zona, assim como os estacionamento abusivos. Esses conflitos de estacionamento/circulação impedem a execução da obra conforme previsto, ou seja, obriga a executar os trabalhos de forma mais condicionada não podendo a execução ser contínua e em várias mais extensas, nem utilizando várias frentes de trabalho ao mesmo tempo;*
- ✓ *Dificuldade em conseguir efetuar descarga de material em obra devido ao estacionamento indevido e por falta de apoio policial (já estamos a ter custos avultados não previstos por solicitar entregas de material com camiões pequenos e nem assim existem sempre condições de entrega de material).*

9. *Ou seja, tem o empreiteiro sido impedido de executar trabalhos em várias frentes de obra devido aos constrangimentos causados, quer pela afluência de trânsito que se faz sentir nesta zona, quer pelos estacionamento abusivos verificados diariamente, quase com que a empreitada não tivesse sido totalmente consignada.*

10. *Isto porque, diariamente o empreiteiro depara-se com a impossibilidade de executar os trabalhos de acordo com o planeamento contratual, por força dos constrangimentos associados à elevada afluência de trânsito e o estacionamento abusivo verificado que, materialmente, acarretam que o empreiteiro não tenha na sua “posse” toda a área a intervir;*

11. *Sendo forçado a executar trabalhos de forma clara e evidentemente condicionada, vendo-se impossibilitado de seguir o faseamento e sequência preconizados, tendo de executar os trabalhos em troços reduzidos e com poucas frentes de trabalho ao mesmo tempo;*

12. *A acrescer a esta factualidade o empreiteiro enfrentou, ainda, a demora no desvio de infraestruturas existentes (redes de abastecimento de água e telecomunicações) na praça da Rua Padre António Vieira pelas entidades competentes (AGERE e NOS), que se encontravam a cotas que impossibilitavam a execução dos trabalhos previstos;*

- 13. De igual modo, o facto de não se encontrar identificado, em projeto de execução as ligações de águas pluviais a executar – ligações entre os sumidouros novos a instalar e a rede de águas pluviais existente - acarretou uma enorme perda de tempo no seu levantamento, estudo e execução, tudo com prejuízo dos rendimentos expectáveis dos rendimentos expectáveis e do cumprimento do planeamento contratual, com isso, do prazo de execução;*
- 14. Em acrescento, verificou-se, também, a necessidade de executar novas ligações de drenagens pluviais dos prédios, não previstas em projeto, por não estarem à cota regulamentar e na sua maioria saírem acima da cota onde vai assentar o pavê;*
- 15. O que acarretou que o Empreiteiro tivesse de executar novas ligações com saída junto ao lancil ou com ligação a sarjetas existentes ou, inclusivamente, a sarjetas novas não previstas em projeto.*
- 16. Realçamos, também, outro dos fatores que legitima a presente prorrogação de prazo tem que ver com as condições climatéricas manifestamente adversas verificadas nos últimos meses, conventos fortes e chuvas intensas que vieram prejudicar (ainda mais) o normal desenvolvimento dos trabalhos, afetando consideravelmente os rendimentos,*
- 17. O que é agravado pelo facto de os trabalhos se desenrolarem, apenas, em vias de comunicação e zonas pedonais em constante utilização pelos munícipes.,*
- 18. Por último, é um facto público e notório que a situação epidemiológica vivida em Portugal impôs a adoção de fortes medidas restritivas (em especial) no que respeita aos direitos de circulação e às liberdades económicas, que, inevitavelmente, têm impacto na produção e fornecimento de materiais e equipamentos, na mão-de-obra disponível, claro está, na circulação de pessoas, bens e mercadorias.*
- 19. Esta empreitada em concreto não foi imune a esta realidade. Bem pelo contrário, são crescentes os impactos e dificuldades criados pela COVID-19 não se conseguindo, nesta data, prever a sua extensão, duração e reais implicações.*

20. *Para agravar este quadro que já de si é negro, nesta concreta empreitada os trabalhos desenvolvem-se numa zona da cidade com uma elevada densidade populacional o que convoca a adoção de medidas de cuidado redobradas.*
21. *Ora, aquando da declaração do Estado de Emergência os trabalhos na presente empreitada estiveram parados durante uma semana, tendo-se dado conta disso mesmo ao Dono da Obra.*
22. *Prontamente, o Dono da Obra remeteu uma comunicação onde refere que não se opõe à suspensão temporária da empreitada, pelo período em que se mantiverem em vigor as medidas extraordinárias, urgentes e temporárias de combate à situação epidemiológica do Novo Coronavírus COVID 19.*
23. *Ainda assim, dado o facto de todos termos a ganhar se as condições nos permitirem avançar com a execução dos trabalhos, garantindo as necessárias e indispensáveis condições de segurança a proteção da saúde dos nossos colaboradores, subcontratados, fornecedores, clientes e suas famílias que, como terão de concordar, o mais importante nesta e em qualquer outra fase, o empreiteiro procedeu ao reinício da execução dos trabalhos com um menor número de pessoal afeto dadas as imposições de distanciamento social exigidas, bem como, o facto de haver uma menor disponibilidade de mão-de-obra nesta fase.*
24. *De todo o modo, esta factualidade aliada a todas as dificuldades causadas desde o início da pandemia com consequências nefastas na gestão da obra - Confinamento; Distanciamento Social; Atraso/impossibilidade de receção encomendas, equipamentos e materiais; Aumento dos preços; Receio dos trabalhadores; etc. -, que causaram enormes perdas de rendimento com um impacto gravíssimo na empreitada e no seu prazo de execução, situações que, inclusivamente, se mantêm à data de hoje e, infelizmente, tudo indica que se manterão num futuro próximo.*
25. *Como é evidente, tendo em consideração o enquadramento da Pandemia que nos assola como Caso de Força Maior que, infelizmente, o empreiteiro não domina nem controla mas que, tem um impacto grave e imprevisível no cumprimento do contrato, é, também, fundamento bastante para que V.^{as} Ex.^{as} procedam à prorrogação do prazo da empreitada.*

3. ANÁLISE AO PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

De seguida registam-se os devidos comentários a cada uma das condicionantes, apresentadas pela Entidade Executante:

Pontos 1, 2 e 3: É verdade que no decorrer da empreitada o Dono de Obra efetuou algumas reformulações ao projeto. O contexto destas alterações, surgem em virtude de melhorar a área de intervenção, por vezes necessárias para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos que ali residam. Todas estas alterações e compatibilizações foram entregues em tempo útil à Entidade Executante para que as mesmas pudessem ser efetuadas em obra e não compromettesse o andamento dos trabalhos. Relativamente à rampa de acesso em betão armado foi enviado um email por parte da Entidade Executante, para a fiscalização no dia 20.02.2020, solicitando esclarecimentos, referindo que o projeto existente era insuficiente para a realização do trabalho. A reformulação da rampa de acesso foi enviada para a Entidade Executante no dia 21.04.2020. A rampa ainda não se encontra em execução por parte da Entidade Executante. Este atraso não comprometeu o andamento dos trabalhos pois a qualquer momento podem realizar a execução do mesmo, sendo que ainda falta 50% dos trabalhos a realizar em obra.

Pontos 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11: Desde o início da empreitada era previsível a impossibilidade de corte de vias, devido aos constrangimentos que viria acarretar quer para moradores quer para pessoas que recorrem as lojas comerciais. É uma zona de elevado volume populacional, bem como elevada afluência de trânsito. A Entidade Executante esteve sempre a executar os trabalhos de uma forma faseada e bem.

É verdade que após balizamento efetuado pela polícia municipal, por vezes era difícil aos moradores retirarem as suas viaturas, mas não podemos aceitar o referido pela Entidade Executante quando refere que “o empreiteiro tinha de aguardar horas a retirada das viaturas” porque nem sempre aconteceu.

Também é verdade que já tivemos conflitos de estacionamento, no entanto o Dono de Obra e a Fiscalização sempre cooperaram com a Entidade Executante para desbloquear estas situações, comunicando com a Polícia Municipal para remover as viaturas que estavam a impedir a execução dos trabalhos, ou viaturas que estavam em estacionamento indevidos, realização de balizamentos quando

solicitados pela Entidade Executante, reuniões com o coordenador da policia municipal, emissão de editais com a alteração da sinalização e alteração dos sentidos de circulação....

A Entidade Executante quando assinou o auto de consignação aceitou as condições presentes em obra bem como o caderno de encargos da presente empreitada. De acordo com o disposto no caderno de encargos na clausula 7 (Preparação e Planeamento da Execução da Obra), nomeadamente:

- Ponto 1 – alínea C, a entidade Executante é responsável *“Perante terceiros pela segurança e policiamento da obra, implementação de medidas e condições de segurança no estaleiro e em toda a zona de implantação da obra, salvaguardando o público em geral”*.
- Ponto 2 - *No cumprimento do disposto nas alíneas do número anterior, mais concretamente, da alínea a) e b), o empreiteiro, para efeitos de planeamento da obra e sua gestão diária, deverá ter em consideração as dificuldades e impedimentos normais decorrentes do circunstancialismo”*.

É certo que a Entidade Executante tem de proceder à execução dos trabalhos de forma condicionada, no entanto, não concordamos com a Entidade Executante quando refere que não pode utilizar várias frentes de trabalho. Já aconteceu termos 2 frentes em simultâneo e os trabalhos correram dentro da normalidade.

Como foi referido no ponto anterior a Fiscalização e o Dono de Obra sempre se mostraram cooperantes aos pedidos da Entidade Executante. Em comunicações já trocadas foi referido pela Fiscalização que antecipadamente a Entidade Executante deve comunicar à Fiscalização quando se vai proceder à descarga de material em obra. Assim, a Fiscalização poderá coordenar com a Polícia Municipal e estar presente no dia e no local em obra por forma a ajudar no que for possível, para que a descarga se efetue.

Até a data a descarga de material sempre foi possível e em camiões grandes, podendo de facto em algumas situações ser mais complicada as suas manobras, mas sempre foi possível.

Ponto 12: É um facto que houve demora por partes das entidades da AGERE e NOS no desvio das infraestruturas existentes de redes de abastecimento de águas e telecomunicações, acarretando atrasos na finalização dos trabalhos previstos.

Ponto 13, 14 e 15: Nas peças patenteadas a concurso, refere que as ligações devem ser executadas para a rede mais próxima. Não existindo cadastros das infraestruturas de águas pluviais existentes, ou não estão identificados os pontos de ligação dos sumidouros à rede existente.

A falta de identificação em projeto, das ligações entre os sumidouros e a redes de águas pluviais existentes, acarretou atrasos na sua execução pois é necessário verificar no local o levantamento existente para procederem à sua ligação.

Também se constatou durante a execução da empreitada, ligações de drenagens de águas pluviais dos prédios com cotas não regulamentares e muitas dessas ligações acima da cota onde se ia assentar o pavê. Este facto acarretou à empreitada novos estudos em obra para execução dessas novas ligações, não previstas em projeto.

Ponto 16: Relativamente a este ponto foi consultado o site oficial do Instituto do Mar e da Atmosfera (IPMA), nomeadamente os registos constantes nos boletins climatológicos mensais e/ou sazonais. Foi realizada uma tabela com os dados fundamentais na análise das condições climáticas ao longo do desenvolvimento dos trabalhos na empreitada.

Mês	Precipitação Total em Braga	Classificação
Setembro 2019	29 mm	Seco
Outubro 2019	194.1 mm	Seco
Novembro 2019	260.5 mm	Chuvoso
Dezembro 2019	341.6 mm	Chuvoso
Janeiro 2020	159.4 mm	Seco
Fevereiro 2020	66.6 mm	Extremamente Seco
Março 2020	Sem dados	Normal
Abril 2020	Sem resultados na presente data	

Observações:

Outubro 2019: Durante o mês verificou-se que até dia 12 não ocorreu precipitação em todo o território de Portugal continental. A partir de dia 13 foram registados valores de precipitação significativos nas regiões do litoral Norte e Centro, em particular nos dias 14 e 19. De salientar ainda que no dia 19 registaram-se valores de precipitação elevados na região do Minho e Alto Douro, em especial na zona do Porto.

Novembro 2019: De destacar a forte variabilidade espacial na distribuição da precipitação, uma vez que nas regiões do Norte e Centro os valores médios foram superiores ao normal, em particular no Minho e Douro Litoral.

Dezembro: De referir que desde 2010, no mês de dezembro, não se verificavam valores acima do valor médio.

Janeiro 2020: Em termos de distribuição espacial, apenas no litoral Norte se verificaram valores acima do valor normal mensal.

Fevereiro 2020: Em termos de distribuição espacial, os valores de precipitação foram inferiores ao normal em todo o território.

Março 2020: Em termos de distribuição espacial, os valores de precipitação foram superiores ao normal em grande parte do território.

Após análise dos dados extraídos do IPMA, podemos constatar que nos meses de novembro e dezembro de 2019 se verificaram valores de precipitação acima do normal. Neste período a Entidade Executante poderia ter em parte fundamento para justificar os rendimentos abaixo do previsto, apesar de ser expectável nestes meses a ocorrência de precipitação e ventos fortes, principalmente em Braga.

No entanto, de acordo com o disposto no número 3, da cláusula 7 - Preparação e Planeamento da Execução da Obra do Caderno de Encargos da Empreitada, a obra poderá ser consignada em qualquer altura do ano, o empreiteiro, por prudência, na preparação e planeamento de todos os trabalhos necessários para a execução da empreitada, deverá acautelar e antecipar a possibilidade de os trabalhos poderem ser realizados em condições atmosféricas desfavoráveis, designadamente de pluviosidade.

Ponto 17: Consideramos que a empreitada se situa numa zona com um grande volume de habitantes em que é necessário proceder constantemente a caminhos de circulação para a utilização dos munícipes quer acessos pedonais quer nos acessos carrais a garagens.

Pontos 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25: A partir do dia 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial de Saúde considerou emergência de saúde pública de âmbito internacional, da doença COVID 19 provocada pelo novo CORONAVÍRUS SARS-COV-2.

A partir do dia 11 de março foi considerado pandemia mundial, o que levou a diversas medidas restritivas.

A Entidade Executante enviou algumas comunicações onde refere que adotou medidas preventivas, e de contingência indispensáveis para ultrapassar os tempos difíceis e de incerteza que todos enfrentamos.

Informou que a situação ora verificada é suscetível de, nos termos da lei e do contrato, ser qualificada como “caso de força maior”, enquanto fundamento para não cumprir, total ou parcialmente, obrigações previstas no presente contrato administrativo, em especial, no que respeita aos prazos em curso, uma vez que, as medidas de contenção e prevenção postas em prática pelas entidades oficiais, vão ter um claro e manifesto impacto no presente contrato.

Aquando da declaração do estado de emergência em Portugal o subempreiteiro da Entidade Executante presente em obra, parou os trabalhos num período de uma semana. Este facto foi comunicado ao Dono de Obra, que referiu que não se opõe à suspensão temporária da empreitada, pelo período em que se mantiverem em vigor as medidas extraordinárias, urgentes e temporárias de combate à situação epidemiológica do novo Coronavírus – COVID 19.

Neste momento continuamos a viver sobre o estado de emergência implementado, podendo estar para breve o seu levantamento.

Cronologia dos factos:

- 30.01.2020 a Organização Mundial de Saúde considerou emergência de saúde pública de âmbito internacional;
- Foi considerado no dia 11.03.2020 pandemia mundial da doença COVID19;
- Os trabalhos foram desenvolvidos normalmente desde o dia 11.03.2020 até ao dia 16.03.2020;

- No dia 17.03.2020, os trabalhos foram suspensos por parte da EE;
- No dia 18.03.2020 o Dono de Obra enviou uma comunicação onde refere que não se opõe à suspensão temporária da empreitada, pelo período em que se mantiverem em vigor as medidas extraordinárias, urgentes e temporárias de combate à situação epidemiológica do novo Coronavírus – COVID 19.
- No dia 18.03.2020 foi considerado estado de emergência em Portugal;
- No dia 23.03.2020 os trabalhos foram retomados, neste dia verificou-se pouca mão de obra presente em obra;
- No dia 02.04.2020 foi aprovado a continuidade do estado de emergência, que continua em vigor na presente data.

Como é evidente a Pandemia que nos assola, teve um impacto importante na execução dos trabalhos e continua a ser imprevisível, bem como nos recursos diretamente ligados ao sector da construção civil.

4. PLANO DE TRABALHOS

A Entidade Executante apresentou, nos termos do artigo 361º o plano de trabalhos composto por todos os seus elementos enquadrando todos os trabalhos que ainda estão por realizar.

4.1 Balizamento de 31/03/2020

Após análise ao balizamento efetuado no final do mês de Março de 2020 (Anexo 2), podemos verificar que o término da empreitada apresenta um desvio de 120 dias, com 45% de trabalhos concluídos, estando previsto o seu termino para o dia 17/09/2020.

5. CONCLUSÃO

Face ao acima exposto, a Fiscalização entende que os desvios na execução dos trabalhos, resultam em fatores, não só exclusivamente imputáveis à Entidade Executante, pelo que poderá ser concedida a Prorrogação de Prazo por mais 80 dias consecutivos. No decorrer da presente empreitada já tinham sido concedidos 27 dias por via de celebração de trabalhos adicionais, ficando o término da empreitada em 04/09/2020.



PARECER TÉCNICO

Deixamos à consideração final do Dono de Obra à aprovação do plano de trabalhos apresentado.

6. ANEXOS

ANEXO I – Pedido de Prorrogação de Prazo apresentado pela Entidade Executante

ANEXO 2 – Balizamento efetuado em 31/03/2020.

A Fiscalização